

## A produção acadêmica em educação filosófica

Geraldo Balduino Horn  
Alexsander Machado

As edições do jornal O Sísifo dos meses de dezembro (2021), janeiro e fevereiro (2022) têm como tema central a pesquisa em Educação Filosófica - com destaque especial sobre as investigações acadêmicas em curso e concluídas recentemente no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Ensino de Filosofia (NESEF) e da Linha de Pesquisa Cultura, Escola e Processos de Formação em Educação do PPGE-UFPR. Este editorial (dezembro/2021) retoma e apresenta algumas das reflexões realizadas no livro *Orientações para elaboração de projetos e monografias*, dos autores Geraldo Balduino Horn e Carmen Diez, publicado pela Editora Vozes em 2004.

Pensar a pesquisa educacional, com recorte na Educação Filosófica, significa trazer à consciência a própria natureza desta atividade na instância acadêmica. Disso emerge, de imediato, uma contradição: de um lado, trata-se de uma atividade intelectual que é, a um e só tempo, o cerne da pós-graduação (regida por regras institucionais e normas específicas de produção de acordo com a ABNT), de outro, é também seu nó górdio na medida em que visa transformá-la em uma prática social capaz de produzir mecanismos de luta e resistência contra o domínio cultural hegemônico das classes dominantes.

Criar condições de acesso e permanência à classe trabalhadora nos programas de mestrado e doutorado é uma tarefa que requer coragem, determinação, sensibilidade, consciência de classe e, sobretudo, paciência para enfrentar os defensores do *status quo* e da manutenção do poder instituído do estado burguês.

Para delinear um escopo à pesquisa acadêmica em Educação Filosófica é necessário enunciar alguns atributos essenciais e específicos da prática de investigação, diversa em complexidade, aprofundamento e alcance conforme o nível do estudo, do *lato sensu* — aperfeiçoamento e especialização —, ao *stricto sensu* — mestrado e doutorado. São eles:

a) A produção acadêmica, em investigações de *lato* ou *stricto sensu*, emerge sempre da busca de respostas a um problema de pesquisa. O problema é, via de regra, apreciado e julgado a partir de fontes específicas (bibliográficas, documentais, etc.) e procedimentos metodológicos adequados à natureza do trabalho investigativo. O que os distingue é que pesquisas de iniciação científica são mais livres podendo focar objetos mais extensos, enquanto as pesquisas de mestrado e doutorado exigem maior aprofundamento, rigor e exatidão quanto aos resultados da pesquisa.

b) Para as pesquisas de mestrado e doutorado em ciências humanas e sociais, como é o nosso caso, em Educação Filosófica, é imprescindível a delimitação estrita do objeto. Além disso, é necessário realizar a pesquisa empírica sem, é claro, cair na prática procedimentalista, que impõe levantamento ou produção de dados como condição *sine qua non* do ato de pesquisar.

c) O entendimento que a construção do conhecimento se dá em um movimento crescente, do simples ao complexo, e de um plano horizontal de uma percepção mais global, a uma verticalidade que recorta e delimita cada vez mais seu objeto, para apreendê-lo em suas minúcias. Fato é que o pesquisador, para delimitar com propriedade um objeto de estudo, sobre o qual deverá ter o domínio no mestrado e abordá-lo com originalidade no doutorado — ambos de *stricto sensu* —, precisa perceber, com anterioridade, um fenômeno em sua vastidão.

Assim, à medida, por exemplo, em que a dissertação seja entendida em moldes semelhantes à tese de doutorado, obviamente se tenderá a exigir originalidade e um nível elevado de sofisticação teórica, além de se supor tacitamente um grau de autonomia intelectual que em média não tem estado presente nos alunos de mestrado. A não clareza quanto às especificidades de cada plano investigativo alocou a disciplina de Metodologia da Pesquisa na oscilação entre o Olimpo e o Aqueronte, ou seja, entre o céu e o inferno, turvando a visão sobre a principal atividade da pós-graduação.

Ocorrem, então, algumas distorções: por um lado o orientador tem a expectativa de que o orientando defina com autonomia seu objeto de estudo, problematize-o, opte por uma sustentação teórica e estabeleça a metodologia de investigação e análise; por outro lado, o orientando se desespera e procura auxílio de outros docentes, transporta pilhas de livros sem pertinência — e que raramente lê —, ou encomenda a pesquisa com profissionais da escrita — cada vez mais borbotalados nos baldios das academias.

Nas pesquisas desenvolvidas no âmbito do NESEF essas possíveis distorções são resolvidas, em boa medida, pela colaboração dos colegas pesquisadores(as) que participam a mais tempo do Núcleo e já possuem certo acúmulo de experiência com o trato e com os meandros da pesquisa acadêmica.

Para esta edição, contamos com os relatos das pesquisas em andamento dos pesquisadores(as) doutorandos(as) do NESEF/PPGE-UFPR Everton Marcos Grison, Avanir Mastey e Raquel Aline Zanini.

## **Cultura e saúde mental: um estudo a partir da prática profissional dos e das docentes de educação básica pública paranaense**

*Everton Marcos Grison*

Essa pesquisa busca reconhecer o sofrimento investigando sua existência, na atividade profissional, dos e das docentes da educação básica pública paranaense, levando em conta os riscos em relação aos participantes e a necessidade de cuidados éticos bem delineados. Trata-se, portanto, de uma pesquisa conduzida por profissionais que estão inseridos na escola, um espaço assinalado por uma série de relações humanas, marcadas por interações sociais e manifestações de poder, que recebem os efeitos de um tipo de gestão, da disseminação de saberes e símbolos inseridos no interior da cultura.

O tema da nossa pesquisa se inscreve da seguinte maneira: as relações entre cultura e saúde mental, a partir de um estudo das condições de atuação profissional dos e das docentes da educação básica pública paranaense. Entendemos que há algo de muito enigmático na relação entre cultura e saúde mental destes profissionais.

A nossa problemática é percebida no interior de políticas, de diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, nas decisões de diretores das escolas, na burocratização do trabalho no sentido de controlar o tempo, as práticas e até, as intenções que regem as atividades dos professores e professoras, pois eles têm seu processo de elaboração e criação das práticas profissionais sufocado pelas demandas da burocratização escolar.

A elaboração de um espaço de expressão intelectual, no qual o sujeito é autor das suas escolhas reflete sobre elas e projeta aplicações é substituído por uma lógica pragmática e formal em detrimento do vivencial, que não garantem o desenvolvimento de uma atividade prática, no sentido de corroborar com as decisões das pessoas envolvidas. Este pragmatismo é implementado e preservado a partir de um pensamento gerencialista, o qual coloniza a existência singular e a sociedade transformando-as em um estado de cansaço generalizado, por meio de uma incitação ao investimento de si no trabalho, como se esta aplicação fosse necessária para satisfazer a um poder narcisista e as próprias necessidades de reconhecimento.

Levando em conta estes e outros aspectos, a profissão vai se tornando totalizante e sufocante, visto que inclusive o tempo de descanso e o ambiente da vida privada dos sujeitos, ou seja, a sua própria intimidade é penetrada por uma lógica de política de sofrimento cotidiano, que se traduz pelas atividades escolares, pelos avisos e exigências da administração escolar, os

quais tornam-se verdadeiros sistemas de sofrimento por intermédio do uso de recursos tecnológicos de comunicação, por um lado, importantes no processo de aproximação das pessoas, por outro, muito eficazes no controle das atividades da vida do professor e da professora, os quais tem sua existência mediada por uma cultura de disponibilidade constante e, desta maneira, de sofrimento físico e psíquico.

Tomando por base o exposto, o que nos incomoda é a cultura que sustenta as condições de atuação profissional dos docentes, com recorte sobre a liberdade de autoria nas atribuições desta profissão e suas relações com a saúde mental. Nossa hipótese é de que existe um vínculo estreito entre um tipo específico de formação conceitual de cultura, configurada a partir da mutilação autoral em conexão com a gestão do adoecimento psíquico, dos e das docentes da educação básica paranaense.

Tal percepção hipotética leva em conta as Comissões de Saúde na Escola, criadas e desenvolvidas entre os anos de 2019 e 2020, em mais de 100 escolas públicas paranaenses, a partir do curso de formação continuada em educação e saúde na escola: “Estratégias de Formação e Prevenção ao Dano Existencial, à Promoção da Saúde e Educação”, organizado pelo Núcleo de Estudos sobre o Ensino de Filosofia (NESEF-UFPR), juntamente com a APP Sindicato Curitiba Norte e Londrina. Tais comissões coletaram um grande volume de dados sobre as condições que os professores e funcionários de escolas do Estado do Paraná estão enfrentando no seu cotidiano de trabalho. Estes dados são fundamentais para estruturar esta pesquisa.

Nas pesquisas feitas tanto no portal SciELO, como no banco de dados de Dissertações e de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) identificamos a pouca existência de dissertações e teses que investigam o tema da saúde mental dos professores, especificamente no Estado do Paraná. Igualmente nestes portais, os trabalhos existentes são setorizados a estudos dos departamentos de saúde e psicologia.

Desta maneira, essa pesquisa busca contribuir com o tema, pois na esteira de Christian Dunker, no livro “Reinvenção da Intimidade”, diante “[...] do sofrimento há sempre uma escolha a fazer, transformar o mundo ou transformar a nós mesmos. Essa transformação depende, portanto, de como reconhecemos o sofrimento que nos acomete” (DUNCKER, 2017, p. 12).

## A Educação Filosófica: o método ontológico no processo de ensino aprendizagem da Filosofia no Ensino Médio para a transformação social

*Avanir Mastey*

O ensino de filosofia precisa considerar as determinações reais da sociedade sem perder a noção de totalidade, que sempre fez parte da filosofia desde a sua origem. O estudioso da filosofia, ou aquele que se propõe à prática da filosofia, precisa indagar todas as inquietações do ser humano, isto é, o cosmo, a condição humana, as condições do conhecimento e do comportamento humano e social. É necessário que a filosofia coloque o professor e o estudante como ser social que atua e age no mundo, transformando-o.

Este esforço é ainda mais necessário no momento atual, pois observa-se uma intensa e alienante fragmentação das reflexões filosóficas e educacionais. O espontaneísmo irresponsável na educação, que visa apenas levar os estudantes a reinventarem aquilo que já foi inventado, isto é reinventar a roda. Essa reflexão também é necessária no atual contexto de ataque à Filosofia. Esse ataque consiste em priorizar os pseudo conteúdos e/ou pseudociências, sem método e objeto de estudo já sistematizados, com *status quo*, não reconhecidas historicamente, tais como, as disciplinas que estão surgindo no Ensino Médio do Estado do Paraná: Projeto de Vida, Protagonismo, Educação Financeira etc.

A Educação Filosófica, ao aplicar o método ontológico no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, ao iniciar a reflexão, discussão, o pensar filosófico a partir da realidade econômica, cultural e social dos estudantes, mesmo cada estudante tendo a sua singularidade e a luz das dinâmicas já sistematizadas pelos autores da filosofia sobre esta temática fará com que os estudantes avancem na própria consciência Social. Que pode ser principalmente a consciência, enquanto classe trabalhadora, pulsão de transformação dentro da sociedade capitalista, ou de antecipação do parto de uma nova sociedade mais justa pós a sociedade capitalista, isto é, identificando aquilo que os une, nas reivindicações e necessidades a serem realizadas para a efetivação prática de uma vida melhor.

Devemos dizer até que a conquista imediatamente mais eficaz do método marxiano, a luta de classes com força motriz real do desenvolvimento social, e, portanto, como motor decisivo na história do gênero humano enquanto fator ontológico eficaz, não podem ser inteiramente compreendidas, sem que se aprenda a compreender que o complexo de decisões do qual surge a individualidade humana como superação da mera singularidade, é momento real do processo em seu conjunto que valora e que é valorado. (LUKACS, 2010, p. 98)

No ensino da filosofia no Ensino Médio ao colocar professores e estudantes para refletirem sobre os desafios e contradições da realidade, considerando as dimensões econômicas e o meio de produção em que vivemos, com as suas devidas considerações sobre o atual estágio de avanço das forças produtivas é possível pensar e compreender as condições para a ação transformadora para o Reino da Liberdade. Isto é, o Reino da Liberdade na experiência e no fazer filosófico, podem caminhar no sentido de atingir uma existência humana que permita realizar todas as suas singularidades humanas sem as exclusões, dominações, explorações econômicas, determinadas pelo sistema capitalista atual.

O desenvolvimento econômico pode transformar essas casualidades em base objetiva de toda a práxis dos homens singulares. Preenchê-la com o novo conteúdo de uma generalidade autoposta na conduta de vida dos homens, superando-a, é coisa que só a práxis, o pensar e o agir dos próprios homens conseguem fazer. (LUKACS, 2010, p.117)

O pensar e o agir é atividade nobre e por excelência da Filosofia que propicia aos estudantes instrumental reflexivo, bem como, apresentar os grandes saberes filosóficos que já foram elaborados na história das ideias filosóficas para que os estudantes possam pensar, e assim, de maneira mais consciente escolherem e definirem o agir humano de uma maneira mais singular, ou na perspectiva da transformação social coletiva, e que este sentido das suas vidas seja fruto de um processo consciente e não de uma visão alienada imposta pelo sistema econômico vigente.

A reflexão filosófica de sua época, que tenta abarcar o mais profundamente possível o seu mundo real para chegar as explicações mais verdadeiras, daquele momento, em sintonia com o desenvolvimento em suas respectivas contradições.

Além disso, considerando que justamente as contradições econômicas permitem a reflexão e a projeção das mais diversas alternativas e ações. Assim sendo, a reflexão filosófica, a luz do Método ontológico permite aos estudantes compreenderem a realidade considerando a Totalidade, bem como as singularidades e individualidades. Ao mesmo tempo, que permite avançar no processo dialético de compreensão da realidade, possibilita lançar se na projeção de alternativas e ações de transformação com as suas devidas leituras da conjuntura da realidade em movimento.

## A “filosofia das crianças”: educação filosófica no ensino fundamental

*Raquel Aline Zanini*

A relação da infância com a filosofia sempre foi muito controversa, gerando posicionamentos distintos para pesquisadores. Essa problematização aparece desde a antiguidade: a partir de qual momento da vida a filosofia deveria tornar-se presente? Podem as crianças aprender filosofia? Elas podem filosofar? O modelo de sociedade capitalista não reconhece na criança esse estatuto que produz conhecimento filosófico. Entretanto, nessa pesquisa, partimos da defesa da filosofia e do filosofar como constituintes do ser da infância, como atividade também realizada pelas crianças, em especial pelo fato das crianças questionarem-se e problematizarem o contexto no qual são inseridas, o que reitera a necessidade de uma educação filosófica desde a infância.

A defesa de uma educação filosófica não diz respeito a uma implementação instrumental da filosofia na sala de aula, como mecanismo para desenvolvimento de um pensar mais lógico, de uma argumentação mais organizada, como pretendia-se quando, no início da década de 1960, começou a se defender uma “filosofia para crianças”, mas tem como objetivo principal fomentar o filosofar e trazer para as crianças conhecimentos e textos filosóficos para que, junto com seus pares, reflitam sobre seus carecimentos, seu contexto, sua cultura, gerando um reconhecimento do pertencimento como seres sociais e culturais.

No Brasil, essa primeira proposta de uma “filosofia para crianças” começa a permear os espaços educacionais a partir 1990 e, por quase uma década, foram comercializados e aplicados materiais criados por Matthew Lipman, mas, mesmo com a descontinuidade do programa criado por esse filósofo, sua concepção e algumas marcas e marcos conceituais permanecem influenciando as práticas de ensino de filosofia no ensino fundamental que perduram no país.

Em paralelo a esta constatação, se observou, por meio de um estado da arte, que também as pesquisas realizadas sobre estas práticas buscam expor metodologias, evidenciar discussões pontuais, mas não tem como prática ouvir as concepções dos sujeitos das pesquisas, em especial as crianças. Por isso, nessa pesquisa nos debruçaremos sobre a “filosofia das crianças” em contraponto com as concepções de filosofia dos adultos, suas professoras

e professoras, presentes em seus planejamentos e nos materiais didáticos utilizados.

Instaura-se, assim, o problema de pesquisa: Qual a relação existente entre a concepção de filosofia presente nos materiais didáticos destinados ao ensino para crianças e a “filosofia das crianças”? Que aspectos caracterizam uma educação filosófica no ensino fundamental para as crianças?

Nesse sentido, reconhecendo que para uma pesquisa ética é necessário estabelecer uma relação ativa entre os sujeitos que se põem em diálogo, busca-se com essa investigação da “filosofia das crianças” desenvolver uma pesquisa com elas, ou seja, refletindo sobre o lugar social que tanto a pesquisadora quanto as crianças ocupam em relação a produção do conhecimento.

Essa postura encaminha para uma metodologia que reconheça as crianças como sujeitos da pesquisa, que junto com a pesquisadora encaminharão as reflexões e produções. Para tanto, serão selecionadas turmas que participaram da VIII Olimpíada de Filosofia organizada pelo NESEF, elas serão acompanhadas em sala de aula durante um período letivo, triangulando os dados coletados por meio de entrevistas com os estudantes, professoras(es) e da análise dos materiais didáticos (livros, plano de aula) utilizados em sala de aula.

Para tanto, alguns autores servirão de base para a investigação: Rita Maria Ribes e sua proposta metodológica de pesquisa com crianças norteará o desenvolvimento da pesquisa; Walter Benjamin e sua concepção de infância e filosofia balizará o reconhecimento constante das crianças como sujeitos da pesquisa e a busca por elementos que exponham as tentativas de colonizar o pensamento das crianças desde cedo. Agnes Heller e sua filosofia radical dará subsídios para compreender os carecimentos das crianças e os modos como são expostos em suas falas e produções. Tal pesquisa, além de reconhecer o ser sujeito das crianças no processo de construção do conhecimento filosófico, defende a filosofia como um campo epistêmico imprescindível para o desenvolvimento cultural e intelectual do ser humano capaz de reconhecer-se no mundo de modo problematizador e transformador.

### Participe do Jornal

ENVIE SEU ARTIGO PARA

[jornalsisifo@gmail.com](mailto:jornalsisifo@gmail.com)

Editores: Geraldo Balduino Horn  
Alexsander Machado